IMPOSTOS

Everardo Maciel diz que contribuição tem "virtudes". Atual ocupante do cargo, Jorge Rachid alerta para risco de aumento de tributos

Ex-secretário da Receita de FHC defende CPMF

SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO **CORREIO**

Carlos Moura/CB - 6/8/07

O EX-SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL EVERARDO MACIEL: "O PROVISÓRIO PODE CONVERTER-SE EM DEFINTIVO"

Um dia depois de a bancada tucana na Câmara ter decidido votar contra a prorrogação da CPMF, o economista Everardo Maciel, que foi secretário da Receita Federal no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), fez ontem uma longa defesa da continuidade do tributo, hoje o maior pleito do Palácio do Planalto no Congresso. Após listar uma série do que qualificou como "virtudes" da contribuição, Maciel enfatizou: "Não tem como se pensar em algo diferente que não a prorrogação da CPMF".

O ex-colaborador do governo tucano foi um dos convidados para a reunião da comissão especial que analisa na Câmara a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prorroga a CPMF. Everardo Maciel atacou o que chamou de "mitos" em relação ao tributo. Um deles seria a suposta contradição na prorrogação da CPMF. "O provisório pode converter-se em definitivo, caso contrário algo permanente não poderia ser revogado", afirmou.

O ex-secretário disse que uma das maiores vantagens desse tributo é a "simplicidade" e ressaltou que a CPMF se converteu "na mais extraordinária ferramenta complementar para a fiscalização". Ainda que tenha feito uma defesa ferrenha da contribuição, Everardo Maciel fez sugestões. Uma delas foi manter o 0,38% da contribuição como "alíquota máxima" no texto constitucional, permitindo assim baixar o índice no futuro. Outra proposta foi que o dinheiro da CPMF não entre na lista dos tributos em que pode haver desvinculação — ou seja, que a totalidade dos recursos vá para o fim previsto na Constituição. Maciel também recomendou a redução dos gastos do governo, como contenção do aumento do quadro de funcionários, para que seja possível ampliar investimentos. "É preciso um programa de dieta fiscal concomitante com a prorrogação da CPMF", afirmou.

NÃO TEM COMO SE PENSAR EM ALGO QUE NÃO A PRORROGAÇÃO DA CPMF

***Everardo Maciel**, que foi secretário da Receita Federal na governo de Fernando Henrique Cardoso*

A PRORROGAÇÃO DA CPMF É FUNDAMENTAL PARA A ESTABILIDADE

***Jorge Rachid**, atual secretário da Receita, para quem o fim do tributo provocaria aumento de impostos*

A CPMF É UM TRIBUTO DA PIOR QUALIDADE, QUE SURGIU ENGANOSAMENTE

***Osíris Lopes Filho**, que também ocupou a Secretaria da Receita Federal quando FHC era presidente*

Efeitos

Por sua vez, o atual secretário da Receita, Jorge Rachid, ressaltou que o fim da contribuição pode ter efeitos danosos. "A prorrogação da CPMF é fundamental para a estabilidade do país", afirmou. Ele disse que, caso a contribuição não seja mantida, o governo precisará aumentar outros impostos para compensar a perda de arrecadação. Como exemplo, afirmou que para obter os R$ 32 bilhões gerados pelo tributo em 2006 seria necessário elevar a alíquota da PIS/Cofins de 3,65% para cerca de 4%, no chamado sistema cumulativo, ou de 9,25% para mais de 10% no sistema não-cumulativo. Em 1999, quando a cobrança da CPMF foi suspensa por alguns meses por causa de um atraso no Congresso para aprovar a prorrogação, houve um aumento no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compensar a perda na arrecadação.

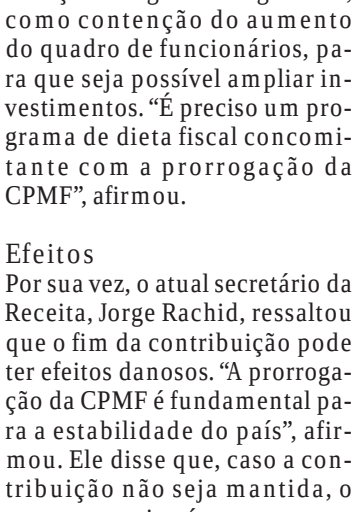
Rachid argumentou que o fim da CPMF complicaria a meta fiscal do governo e provocaria cortes em programas sociais. Para defender a contribuição, o secretário lembrou que o tributo é de fácil fiscalização, consegue atingir a economia informal e está sendo copiado por outros países da América do Sul. Segundo ele, o Brasil está "fazendo escola" com o tributo.

Osíris Lopes Filho, que também foi secretário da Receita no governo de Fernando Henrique, tem uma avaliação muito distinta da de Everardo Maciel, seu sucessor no cargo. "Eu acho que CPMF é um tributo da pior qualidade, que surgiu enganosamente", afirmou. Em sua opinião, o governo não pode alegar que o fim da CPMF vai prejudicar a área social porque não deveria ter contado, para o Orçamento da União de 2008, com uma contribuição cujo fim está previsto na Constituição para o dia 31 de dezembro. "O problema da CPMF é que ela é gilete", disse Osíris, afirmando que o tributo atinge tanto o consumo quanto a produção. "Ela corta dos dois lados e enganosamente, porque parece que é um imposto pequeno."

Também convidado para a reunião, Denis Rosenfield, professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), reforçou as críticas. "Há uma inadequação muito clara entre os serviços prestados pelo Estado e o que ele arrecada", afirmou. Tanto Rosenfield quanto Osíris Filho sugeriram a realização de um plebiscito para ver se a população quer ou não a manutenção do tributo.

MEMÓRIA

José Varella/CB - 18/9/06



O EX-MINISTRO ADIB JATENE: IDÉIA ERA MANDAR VERBA SÓ PARA A SAÚDE

Primeira cobrança em 1993

A CPMF foi criada em 1993 pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso e ainda com o nome de Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (IPMF). Ganhou rapidamente o apelido de imposto do cheque. No princípio, durou até o final de 1994, com a alíquota de 0,25%. Em 1996, o então ministro da Saúde, Adib Jatene, enfrentou brigas para resgatar a contribuição e vinculá-la à saúde. Ele acabou saindo do ministério no começo de 1997, quando a CPMF voltava a ser cobrada, mas já com parte de seus recursos não indo diretamente para a saúde.

O tributo vem sendo prorrogado desde então. A alíquota passou de 0,2% para 0,38% no final de 1998, e parte do dinheiro passou a ser destinada à previdência. Não houve cobrança no primeiro semestre de 1999 porque o Congresso demorou para votar a prorrogação. Quando isso ocorreu, o governo aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compensar a redução na arrecadação.

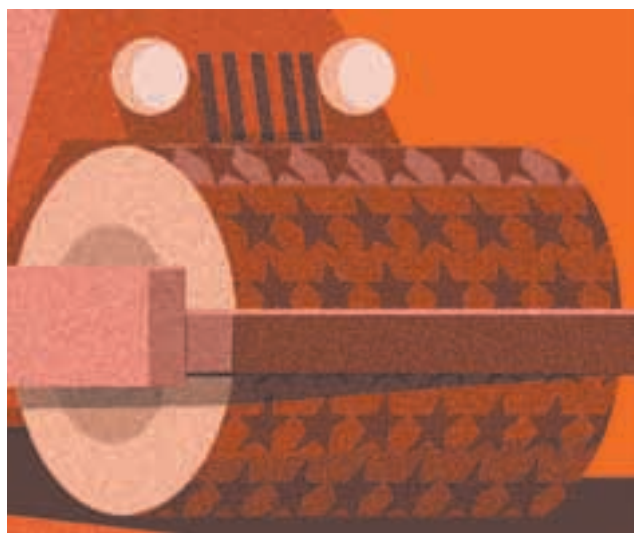
No ano de 2000, a alíquota caiu para 0,3%, mas o senador Antônio Carlos Magalhães, que morreu em julho deste ano, defendeu com sucesso o retorno dos 0,38%. Com isso, ele conseguiu criar o Fundo de Combate à Pobreza. A nova alíquota passou a vigorar em março de 2001.

De acordo com dados do governo, a CPMF gerou R$ 110 bilhões nos últimos 10 anos, dos quais R$ 91,6 bilhões foram destinados às áreas de saúde, previdência e combate à pobreza. Em 2006, dos R$ 7,7 bilhões usados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, R$ 6 bilhões, o equivalente a 79%, saíram do Fundo de Combate à Pobreza, gerado pela CPMF. No ministério, 10 programas utilizam recursos da contribuição, inclusive em 87% das verbas do Bolsa Família previstas para este ano. Na saúde, 38% dos recursos de 2007 deverão sair do tributo.

NAS ENTRELINHAS

por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



Rolo compressor

Preparem os melhores ternos, ou os vestidos de gala ainda não usados. Está chegando a hora do grande baile do Congresso Nacional, a última votação importante do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Não vou cometer o exagero de dizer que o Senado e a Câmara dos Deputados ficarão às moscas depois que votarem a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Sempre restará o recurso a CPIs pirotécnicas ou a novas temporadas de caça à raposa pelo Salão Verde ou pelo Salão Azul. Mas votação mesmo, para valer, de projetos que vão mudar a vida do país ou das pessoas, nada há no horizonte ou na agenda que permita otimismo aos reformistas.

Sabe-se que o governo Lula não tem uma agenda legislativa para o segundo mandato. Mais um sintoma disso: o partido do presidente da República aproveitou seu último encontro para aprovar a luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte voltada unicamente para fazer a reforma política. Se o PT quer uma Constituinte é porque considera que nada mais há a fazer com o Congresso Nacional que aí está. Mas seria uma injustiça debitar exclusivamente na conta do PT a provável vacuidade da pauta legislativa neste quadriênio. A agenda reformista morreu na campanha eleitoral, quando Lula e seu principal adversário, o tucano Geraldo Alckmin, rivalizaram na defesa da idéia de que o Brasil não precisa de reformas. Quem ganhou a última eleição presidencial no Brasil foi o pessoal do "direito adquirido". E, já que somos uma democracia, que se respeite o resultado da eleição. Que se respeite o direito adquirido.

Resta, porém, em meio à pasmaceira, o fato de que Lula precisa da CPMF. Mais do que precisar, ele quer muito o dinheiro que ela traz. São quase R$ 40 bi ano nos próximos três anos. É um filé sem osso de R$ 120 bi para investir na Saúde e nos programas sociais, certamente o carro-chefe (junto com o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC) do candidato presidencial de Lula em 2010. Trata-se também de um confortável colchão para o exercício da disciplina fiscal, viga-mestra da estabilidade econômica e do crescimento do país. Nenhum governante abriria mão dessa bolada sem luta. E Lula não está propriamente frágil diante da oposição para sair correndo ao primeiro arreganho.

NENHUM GOVERNANTE ABRIRIA MÃO DA BOLADA DA CPMF SEM LUTA. E LULA NÃO ESTÁ PROPRIAMENTE FRÁGIL DIANTE DA OPOSIÇÃO PARA SAIR CORRENDO AO PRIMEIRO ARREGANHO. O GOVERNO VAI SAIR A CAMPO PARA RECOLHER VOTOS SUFICIENTES NA CÂMARA E NO SENADO PARA PASSAR A PRORROGAÇÃO

Ou seja, o governo vai a campo para recolher votos suficientes na Câmara e no Senado para passar a prorrogação da CPMF e da DRU. E ponto final. Vem aí o rolo compressor. Tempos atrás era possível visualizar um cenário em que o Planalto e os governadores tucanos selariam um acordo para uma CPMF suavemente declinante, além de compartilhada. E visualizar um acordo por uma DRU estadual, a DRE. Essa visão conciliadora virou fumaça quando ficou claro que o PSDB congressual estava profundamente incomodado com o monopólio dos holofotes pelo DEM. Aliás, o PSDB congressual conseguiu nos últimos dias até a façanha de criticar o aumento das verbas para os programas sociais federais no Orçamento Geral da União de 2008. Que o DEM faça isso é compreensível. O DEM é um partido fundado na idéia de que quanto menos gasto público melhor. Mas que os tucanos sigam por essa linha é apenas sinal de desorientação. Ou de algum confronto interno ainda não visível.

Quais serão as conseqüências políticas de uma aprovação da CPMF e da DRU sem que o Palácio do Planalto conte com a ajuda dos governadores da oposição? A política é uma coisa relativamente simples. Se A precisa de B, então B é importante para A e A fará coisas para facilitar a vida de B. Se A consegue as coisas sem precisar de B, então não há motivo para A fazer coisas que facilitem a vida de B. Se A consegue as coisas apesar da oposição de B, então é razoável que A procure enfraquecer B. Amigos, amigos, negócios à parte.